

# **UMA ANÁLISE SOBRE ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA PÓS-1980: permanências, mudanças e matizes no interior dessa tendência**

Luis Claudio Palermo\*

**RESUMO:** O objetivo do artigo é examinar dois livros importantes para a historiografia da escravidão brasileira do período após os anos 1980. A discussão é desenvolvida com base em duas referências: a primeira é a valorização da perspectiva contextual de uma obra; a segunda é a visão relacional entre sincronia e diacronia. Por essa linha, o artigo tanto assinala a marca que os dois livros imprimem em seu período, quanto evidencia os diálogos que eles têm com a tradição historiográfica anterior. Como resultado, dois pontos fortes são defendidos no artigo: as rupturas promovidas pela historiografia da escravidão pós-1980 não eliminaram diferenças teóricas e interpretativas no seu próprio interior; as mudanças propugnadas por essa tendência historiográfica não foram realizadas de forma completa e absoluta, sem que elementos de permanência possam, em alguma medida, ser identificados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia da escravidão; História intelectual; Teoria da história; Historiografia.

## **An analysis on aspects of the historiography of post-1980 brazilian slavery: permanences, changes and tintings inside these trends**

**ABSTRACT:** The aim of the article is to examine two important books for the historiography of Brazilian slavery of the period after the 1980s. The discussion is based on two references: the first is the appreciation of the contextual perspective of a work; the second is the relational view between synchrony and diachrony. In this sense, the article both highlights the brand that the two books print in their period, as well as highlights the dialogues they have with the previous historiographical tradition. As a result, two important points are defended in the article: the ruptures promoted by the historiography of post-1980 slavery did not eliminate theoretical and interpretive differences in their own interior; the changes propounded by this historiographical tendency were not completely and absolutely carried out, since elements of permanence can, to some extent, be identified.

**KEYWORDS:** Historiography of slavery; Intellectual history; Theory of history; Historiography.

## **Un análisis sobre aspectos de la historiografía de la esclavitud brasileña post-1980: permanencias, cambios y matizes en el interior de esta tendencia**

**RESUMEN:** El objetivo del artículo es examinar dos libros importantes para la historiografía de la esclavitud brasileña del período después de los años 1980. La discusión se desarrolla sobre la base de dos referencias: la primera es la valoración de la perspectiva contextual de una obra; la segunda es la visión relacional entre sincronía y diacronía. Por ese camino, el artículo tanto señala la marca que los dos libros imprimen en su período, cuanto evidencia los diálogos que ellos tienen con la tradición historiográfica anterior. Como resultado, dos importantes son defendidos en el artículo: las rupturas promovidas por la historiografía de la esclavitud post-1980 no eliminaron diferencias teóricas e interpretativas en su propio interior; los cambios propugnados por esa tendencia historiográfica no se realizaron de forma completa y absoluta, sin que elementos de permanencia puedan, en alguna medida, ser identificados..

**PALABRAS CLAVE:** Historiografía de la esclavitud; Historia intelectual; Teoría de la historia; Historiografía.

\*Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História na mesma Universidade. Contato: Rua São Francisco Xavier, 524, João Lyra Filho, 9º andar Bloco F, sala 9037, Maracanã, CEP: 20550-013, Rio de Janeiro- RJ, Brasil. E-mail: luisclaudio72@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8453-7435>

## Introdução

A historiografia concernente ao tema da escravidão brasileira é dividida, por alguns pesquisadores (cf. QUEIRÓZ, 1998; LARA, 2005), em três tendências gerais cujas marcas foram estabelecidas eminentemente em razão de mudanças teórico-metodológicas e interpretativas substanciais que podem ser observadas comparativamente.

A primeira é protagonizada por Gilberto Freyre e seu livro *Casa-grande & senzala* (cf. QUEIRÓZ, 1998). A segunda pelos estudos produzidos sob a liderança de Florestan Fernandes e que se encontram dentro do escopo do que ficou conhecido como Escola Paulista de Sociologia (cf. SLENES, 1999 p. 30). A terceira está situada num período amplo que abrange os anos pós-1980 (cf. MARQUESE, 2013, p. 229) e encontra-se difusamente grassada em várias obras<sup>1</sup>.

Esse é, notadamente, um quadro de referência panorâmico que guarda consigo pelo menos um aspecto positivo e outro negativo. O positivo é que funciona como um mapa de amplo de referência cujo objetivo é nortear as discussões interpretativas e teórico-metodológicas no interior do campo. O negativo é que essa forma de abordagem excessivamente abrangente torna obscura algumas dissensões significativas que poderiam estimular debates seminais e enriquecedores para esse tema tão relevante e tão candente.

O problema é que lidar com uma constelação de obras que comportam estilos, narrativas, referências teóricas, interpretações e posições político-ideológicas (entre outras questões) tão distintas não é uma empreitada simples nem fácil; requer esforço coletivo. Não se deve negar, por exemplo, que já faz muitos anos que historiadores determinaram ou interpretaram que os anos 1980 representaram rupturas significativas no tema em voga. Dessa forma, parece ser importante que façamos uma avaliação exploratória dessa historiografia. O cenário pode até não ter se modificado a ponto de determinarmos um novo corte ou uma nova ruptura<sup>2</sup>. Não obstante, é necessário propor que, no mínimo, o núcleo dessa historiografia precisa ser mais bem cartografado.

Diante do que foi posicionado, esse artigo postula – provavelmente não de forma solitária – a problematização do cenário historiográfico pós-1980, com vistas a buscarmos matizá-lo e, como desdobramento, encontrarmos mais contendidas, discussões e divergências no período mencionado do que tem sido apresentado pelo enquadramento geral que é reconhecidamente comum às obras desse período.

A hipótese que orienta essa proposta de trabalho não é somente derivada do fato de já haver muitos anos decorridos da mudança na historiografia em tela, mas parte substancialmente do pressuposto de que as mudanças, na história e na historiografia, raramente ocorrem de chofre e sem que elementos de permanência sobrevivam ou “manchem” os passos identificados como “pós” ou como “novos”. Em vista do que foi delineado, é pertinente termos em mente, então, que “[...] A superação da dicotomia entre permanência e ruptura e a consideração da interação dialética entre esses elementos são fatores cruciais na tarefa (sic) do historiador” (GOMES, 2006, p. 459).

Portanto, a questão que alicerça a pesquisa – da qual este artigo é apenas uma parte – situa-se no bojo da historiografia da escravidão brasileira, mais precisamente no período após os anos 1980. Nesse sentido, é conveniente expor que este artigo pretende fazer um exercício analítico cujo cerne é tanto identificar, quanto discutir elementos teórico-metodológicos e interpretativos presentes em dois livros importantes no seio dessa renovada historiografia: Florentino e Góes (1997); Slenes (1999)<sup>3</sup>.

Objetiva-se, com esse exercício, debater pontos de destaque nas obras. Com isso, intenta-se sobrelevar características teórico-metodológicas importantes que estão presentes nelas, a fim de mostrar que a nova historiografia da escravidão mencionada pode e deve ser mais bem explorada<sup>4</sup>. Em adendo, pretende-se fazer um exercício comparativo que privilegie aproximações (em alguma medida) e afastamentos<sup>5</sup> desses livros em relação à historiografia anterior<sup>6</sup>, salientando, pois, elementos de mudanças e permanências presentes no seio dessa atual tendência.

Para a consecução dos propósitos que foram traçados, a apresentação deste artigo foi seccionada em três partes, além da Introdução e Considerações finais. A primeira traz à baila, sinopticamente, um quadro de referência ou uma grade de inteligibilidade extraída da interpretação a respeito de pontos caros presentes na historiografia da escravidão brasileira clássica, representada por Gilberto Freyre e a Escola Paulista de Sociologia.

A segunda e a terceira partes têm como proposta examinar, respectivamente, os dois livros supramencionados, a fim de analisar tanto suas proximidades, quanto assinalar suas diferenças teóricas e interpretativas em relação à supramencionada historiografia clássica, não deixando de indicar a importância de cada uma das duas obras analisadas na produção atual sobre o tema em voga.

## **Gilberto Freyre e a Escola Paulista de Sociologia como perspectivas clássicas da historiografia da escravidão brasileira**

O ponto de partida que dá sentido ao exercício analítico que será realizado adiante é o embate entre duas tendências historiográficas que podem ser enxergadas como “tradições eletivas” (cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2014), tendo em vista a pujança teórica de ambas, bem como suas contribuições significativas para nosso conhecimento a respeito da História do Brasil.

Antes de seguir na análise das perspectivas clássicas, é preciso esclarecer que a operacionalização do conceito de “tradições eletivas” é realizada, aqui, no sentido de identificar (e problematizar) que o lugar intelectual de um(a) autor(a) não pode ser enxergado ou pensado fora da articulação temporal que ele(a) estabelece. Assim, ao conduzir sua pesquisa, o(a) autor(a) dialoga criticamente com uma tradição intelectual. Ao fazer isso, propõe uma tese cuja edificação não é somente derivada de sua interpretação das fontes, mas também sofre – numa espécie de simbiose – influência de seu posicionamento a respeito das condições intelectuais (tradições) que lhes foram legadas.

Nesse sentido, é preciso colocar em destaque que o caminho analítico de sua pesquisa é delineado e coordenado, em alguma medida, pelas contendas intelectuais que travou com autores(as) que lhe foram legados e com os presentes no seu tempo. Deve-se aduzir que essa operação não é feita sem que sejam colocadas em jogo suas expectativas de futuro (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2014, pp. 18-19), ou seja, questões do seu tempo que afetam sua posição política e suas projeções concernentes aos impactos que sua pesquisa pode oferecer à sociedade.

Uma vez estabelecido o marco conceitual e metodológico que orienta a análise realizada, aqui, cumpre informar que *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, é considerada uma obra crucial sobre o pensamento social brasileiro acerca da escravidão. Esse livro marcou, em síntese<sup>7</sup>, uma ruptura substancial com uma forma de enxergar o papel de negros escravizados na formação do Brasil.

Freyre posicionou a escravidão como um ponto central para a compreensão do nosso povo e de nossa história, seguindo, de acordo com Slenes (1999, p. 29), a visão do abolicionista Joaquim Nabuco. Argumentou que a escravidão foi o problema (ou questão) basilar da formação do Brasil, não o escravo. Sua tese enfatizou a contribuição da cultura africana em nossa formação e discutiu fortemente com o pensamento racista que imperava na produção brasileira da época (cf. SILVA, 2000).

Ao advogar essa tese, defendeu, por conseguinte, que a miscigenação não seria um mal para o Brasil; ao contrário, seria uma característica forte e singular de nosso povo. *Casa-grande e senzala* colocou o negro e o índio em outro lugar histórico-sociológico. Ademais, a partir de um aparato teórico-conceitual da antropologia cultural, a tese desse sociólogo foi capaz de nos mostrar o quanto, nas práticas escravistas ocorridas no Brasil, houve possibilidades de aproximação e distanciamento entre senhores e escravos. Mostrou-nos, pois, que as relações sociais são mais complexas do que o ponto de vista normativo apresenta.

Por outro lado, não se deve negligenciar que a visão de Freyre sobre a possibilidade de aproximação entre senhores e escravos ensejou outras interpretações. Há pesquisadores(as) que consideram que a tese desse sociólogo remete a uma proposta que procura chamar a atenção para o caráter brando da escravidão brasileira e, por conseguinte, sobrelevam a visão de Freyre como propugnador do que se denomina hoje de mito da democracia racial brasileira (HASENBALG, 1992 *Apud* SOUZA, 2006, p. 226).

As críticas, em termos gerais, apontam que o sociólogo pernambucano “[...] teria reduzido o Brasil a uma civilização moldada pela convergência cultural, pela democracia racial, e pela ênfase na família patriarcal como unidade estruturadora da sociedade” (FALCÃO, 2001, p. 159). Falcão não concorda com essa visão a respeito do referido intelectual pernambucano. Compreende que ela foi impulsionada (e construída) pelas críticas de intelectuais, tais como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, que visaram desmobilizar a força da tese de Freyre (cf. FALCÃO, 2001 pp. 159-60).

Em decorrência, a Escola Paulista de Sociologia<sup>8</sup>, a partir dos anos 1960, passou a propor uma visão sobre a escravidão de forma bem diferente da que foi concebida pelo sociólogo pernambucano. Esse segundo momento da historiografia da escravidão brasileira pode ser definido, sinteticamente, pelo predomínio de uma interpretação ancorada numa vertente do marxismo (cf. FONTELLA; FARINATTI, 2008, p. 121).

Os integrantes dessa Escola passaram a pensar a escravidão como estrutura fundamental no processo de acumulação do capital. Com isso, criaram uma visão lastreada na noção de sistema escravista relacionado ao capitalismo comercial global (cf. SLENES, 1999). Ato contínuo, privilegiaram uma interpretação do escravismo como uma estrutura que visava o lucro, sendo essencial, para tanto, o controle, a repressão e a coerção da mão de obra. Assim:

Ao voltarmos a discussão para a historiografia brasileira da escravidão, também podemos notar uma preocupação frequente de autores dos anos 60/70 com explicações históricas partindo das estruturas da sociedade. Esse é o caso, por exemplo, de Octávio Ianni em *As Metamorfoses do Escravo* (1962) onde o autor, ao discorrer sobre o escravo e o senhor, recorreu ao que chamou de “requisitos estruturais da sociedade de casta” (ADOLFO, 2014, p. 115, grifos do autor).

Esses pesquisadores propuseram analisar a escravidão tendo por referência a relação entre a base e a estrutura. Nessa perspectiva, a dimensão econômica foi considerada como determinante e, “ao nível da fazenda”, a escravidão foi vista “como um regime organizado para quebrar a resistência subalterna” (SLENES, 1999, p. 30). Houve, portanto, um privilégio para o ponto de vista da coerção e repressão da mão de obra, destacando sobretudo a dissensão (cf. LARA, 1988, pp. 17-26), não abrindo margem para se vislumbrar as aproximações entre senhores e escravos. Em consequência, os trabalhos desses autores criaram “[...] um ambiente propício para colocações taxativas e igualmente desqualificadoras dos escravos (e de outros grupos populares) como agentes históricos (SLENES, 1999, p. 32).

Com base em recentes críticas feitas à historiografia da escravidão brasileira pós-1980, deve-se salientar, por outro lado, que a ênfase da Escola Paulista na referência estrutural tinha um valor heurístico importante: compreender como o Brasil entrou no circuito mundial do capitalismo em expansão. Por essa linha de raciocínio, “[...] A escravidão, [...], deve ser apreendida por meio de sua relação, *via mercado mundial*, com as outras formas de trabalho que o constituem, sejam assalariadas ou não” (cf. MARQUESE, 2013, p. 248, grifos meus).

Inobstante a crítica ao caráter esquemático presente nos estudos de pesquisadores da Escola Paulista, Marquese (2013) procura valorizar um elemento que entende ser uma herança importante deixada por essa tradição historiográfica. É preciso, nesse caminho, inserir a escravidão “[...] em processos históricos de longa duração e os quadros globais mais amplos nos quais se inscreveu o sistema escravista brasileiro” (MARQUESE, 2013, p. 229), pois a compreensão desse tema tão importante para a formação do Brasil fica reduzida, caso não o pensamos como um dos pilares da formação da “economia-mundo” (MARQUESE, 2013, p. 251). E, cumpre aduzir, que essas chaves analíticas nos foram providas por parcela importante da historiografia dos anos 1960/70, podendo-se incluir nesse rol a chamada Escola Paulista de Sociologia.

Além da perspectiva teórica advogada acima, cumpre chamar a atenção também para a defesa do sentido político e social das contendas historiográficas presentes nos trabalhos de integrantes da supramencionada Escola. Sublinha-se, nesse sentido, tanto uma perspectiva de uma divergência teórica e interpretativa franca e clara em relação a Gilberto Freyre, quanto

uma forma de pensar o passado a partir do presente (contexto dos autores), isto é, pensar o passado ciente do papel e força do racismo e das desigualdades inscritos na sociedade brasileira. Desse modo, os integrantes dessa Escola:

[...] perceberam a necessidade de combater com virulência a interpretação freyriana e denunciar a violência da escravidão. Perceber a sociedade escravista como “harmônica”, argumentavam, significava transferir tal suavidade para a sociedade brasileira contemporânea. Significava, em essência, negar ou minimizar a existência do racismo e esvaziar qualquer argumentação em prol de uma ação mais contundente para combater a discriminação (ESCOSTEGUY FILHO, 2015, p. 108, grifos do autor).

As considerações gerais feitas sobre essas duas grandes tradições historiográficas objetivou mostrar alguns pontos de referência que ancoram o debate feito neste artigo, conferindo à análise uma espécie de grade de inteligibilidade.

Doravante, serão analisados dois livros importantes na historiografia pós-1980<sup>9</sup>. Intenta-se, com isso, mostrar como essas obras debatem com as tendências historiográficas anteriores e como se localizam diante de seu tempo, ou seja, como se posicionam trazendo à tona interpretações diferentes, mobilizando referências teóricas e conceituais, enfim, como fazem o movimento de deslocamento de alguns paradigmas e recolocação de outros.

Em vista do que foi exposto, pretende-se discutir, a partir deste ponto, os dois livros que fazem parte da renovada historiografia dos anos 1980. O sentido dessa renovação será apresentado, outrossim, no transcurso da análise dessas obras, assim como serão observadas algumas referências que aproximam – em certa medida, cabe ressaltar – essa historiografia pós-1980 em voga (ou autores inscritos nela) das tradições anteriores. Portanto, vamos às análises.

### ***A paz das senzalas: o fundamento político da escravidão presente na relação senhor-escravo***

Manolo Florentino e José Roberto Góes publicaram o livro “*A paz das senzalas – famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850*” como fruto de uma pesquisa substancialmente realizada em inventários *post-mortem* que podem ser encontrados no Arquivo Nacional.

O ponto de partida da argumentação desses historiadores é a conexão entre o incremento constante realizado pelo tráfico intercontinental de escravos e as condições sociais que se forjaram nas propriedades rurais cuja produção era assentada no trabalho de africanos escravizados. Pode-se notar que a argumentação dos autores visa concatenar as relações

sociais e de poder instituídas no núcleo das propriedades rurais com o fluxo de chegada de africanos no porto do Rio de Janeiro.

Um dos principais elementos que lastreiam a tese é que o comércio de pessoas escravizadas servia não somente como fulcro econômico importante para as propriedades rurais (na qualidade de empresas). Em vista do que foi afirmado, cumpre evidenciar que o interesse de Florentino e Góes centra-se, mormente, nos aspectos políticos que se realizavam no cotidiano de uma propriedade rural, ou seja, nas relações de poder entre senhores e escravos, bem como entre os próprios cativos (entre si).

Tendo por base os inventários *post-mortem*, mas também processos criminais, relatos de viajantes estrangeiros, entre outras fontes, esses historiadores marcaram uma posição importante na historiografia do período pós-1980, cabendo destaques a dois pontos cruciais que fundamentam seus argumentos e contribuem para situar essa obra no campo da historiografia dessa fase.

O primeiro é intelectual e reside na recusa às explicações que enfatizavam a dimensão econômica da escravidão e, conseqüentemente, viam as relações sociais nas fazendas como determinadas por essa dimensão. Essa era a perspectiva cara à parcela eminente da historiografia produzida nos anos 1960/70. Deve-se evidenciar que a posição dos autores em voga se contrapôs frontal e diretamente à de Jacob Gorender, uma vez que, segundo eles:

[Gorender] buscou no cálculo econômico empresarial escravista a origem de uma perversa lógica demográfica. A população cativa [na perspectiva desse autor em voga] tenderia ao decréscimo absoluto, por ser este o resultado demográfico esperado do exercício de uma lógica empresarial baseada na busca da maximização dos lucros. A demografia da escravidão se pautaria pela preferência do sexo masculino, em tese mais adequados às rudes tarefas intrínsecas às grandes propriedades (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 28).

Em superposição ao primeiro ponto, é pertinente assinalar que os referidos historiadores adotaram uma perspectiva teórica que intentava iluminar mais o ponto de vista das relações entre os atores sociais (senhores e escravos) do que enxergá-las como efeito arbitrário da racionalidade econômica e da determinação estrutural.

Deve-se notar que há, nesse sentido, uma contenda de cunho eminentemente teórica que Florentino e Góes tencionavam travar com a historiografia dos anos 1960/70. Os autores de *A paz das senzalas* procuraram não se ater somente à posição do senhor de escravos como um poderoso e rigoroso controlador do plantel de escravos.

Partindo, portanto, da ideia implícita de que o poder não se exerce de forma unívoca e de cima para baixo, referência teórica cara à antropologia política, esses historiadores em apreço buscaram compreender como as famílias escravas, que existiam no empreendimento econômico exportador da época escravista, conseguiu existir de forma relativamente organizada e estável (não anômica). E tal pressuposto requer uma visão além da coerção econômica e da dominação puramente física/material. Por isso, “[...] Transformar um fenômeno de natureza política (a má vontade do escravo) em uma variável econômica, de maneira simplista e apressada, significa a despolíticação da política e não permite constituir legitimamente um problema teórico” (FLORENTINO; GÓES 1997, p. 30).

Em função dessas premissas substancialmente ancoradas nas relações de poder, há, no referido livro, uma conexão entre a análise quantitativa (principal) e as qualitativas (relatos de viajantes, processos criminais, entre outros). Esse trabalho leva os autores a defender que a vida social nas fazendas agroexportadoras não se configurou em pura lógica econômica, tampouco em uma realidade monoliticamente presidida pela vontade coercitiva (e ambiciosa) do senhor. Em outros termos, o ponto nodal teórico do livro está situado na preocupação com o jogo de forças entre os atores sociais, em suas inter-relações cotidianas, o que transformava o fenômeno da escravidão, nas fazendas produtoras e no cativo, como eminentemente político.

A influência do tráfico transatlântico tem, nessa linha de raciocínio, um sentido de referência global que orienta as tomadas de decisão de senhores e, *pari passu*, exerce influência as ações dos cativos em sua vida social. É pertinente sublinhar que o mencionado tráfico não é enxergado, no livro em análise, como uma estrutura que rege de forma determinista a vida social nas fazendas (e nas senzalas), mas sim como um fator estrutural que cria ou oferece condições de possibilidade para a ação dos atores sociais.

É nesse sentido que a quantidade de africanos escravizados do sexo masculino, assim como a de jovens que eram trazidos nos navios para a comercialização e labuta, servem de referência para que Florentino e Góes pensem tanto nas estratégias senhoriais, quanto nas dos cativos. Em razão disso, os autores sustentam que, diante desse cenário de alterações constantes no tráfico (conforme ocorreu entre o fim do século XVIII e início do XIX), a reiteração de trabalhadores escravizados impunha à vida social nas fazendas produtoras uma organização política que demandava ações não simplistas por parte de senhores e cativos.

Aos senhores, cabia a responsabilidade na gestão e no comando do empreendimento econômico, assim como competia a exigência de trabalho, disciplina e obediência ao escravo.

Aos cativos, cabia o trabalho árduo, mas também formas de buscar negociar melhores condições de vida no cativeiro. Os autores aduzem que as ações dos senhores não se restringiam a essas mais visíveis. Cabia a eles também avaliar as formas de negociação com os escravos, de modo a tornar o cativeiro, em alguma medida, organizado, pacificado, mesmo com a reiteração constante da mão de obra de pessoas estrangeiras pelo tráfico via Oceano Atlântico. Portanto,

[...] deve-lhe ter sido difícil [aos senhores de escravos], muitas vezes, assumir a figura do *pater* e dissolver a dissimilitude que se encarnava em sua escravaria, transformando-a numa única prole de filhos/agregados. O tráfico talvez não tenha sido bom par do patriarcalismo. Mas o cativeiro tampouco deve ter sido a expressão datada de uma estranha esquizofrenia sociológica caracterizada pela disjunção entre duas culturas: uma senhorial e branca, a outra negra e escrava (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 36, grifo dos autores).

É esse ângulo que permite a esses historiadores enxergarem que as relações entre senhores e escravos não eram apenas de afastamento (violência), mas também de negociação, ainda que uma negociação velada. Trata-se de uma visão que é, em alguma medida, tributária do caminho pavimentado por Gilberto Freyre através da noção de antagonismos em equilíbrio e que se opõe à da Escola Paulista de Sociologia que enfatizava a face violenta da escravidão (cf. LARA, 1988, pp. 17-26) e o dissenso entre senhores e escravos. Portanto, a família escrava foi, na perspectiva de Florentino e Góes, um pilar importante na paz das senzalas, bem como “[...] na manutenção e reprodução do escravismo” (SLENES, 1999, p. 50). Nessa linha, o matrimônio e incremento dos nascimentos configuraram-se como algumas estratégias escravas estimuladas (ou não negadas) pelos senhores.

Os autores destacam que, com isso, os senhores objetivavam auferir, notadamente, um lucro político a partir do estímulo às famílias cativas, pois, na medida em que fosse pacificada as relações nas senzalas, o empreendimento econômico poderia seguir adiante com sucesso. Portanto, enfrentando de frente o paradigma da produção historiográfica dos anos 1960/70, o argumento dos autores se edifica no sentido de compor uma outra interpretação sobre as relações senhor-escravo.

Em vez de submetidos e regidos pela lógica econômica do empreendimento arquitetado nas *plantations*, esses historiadores procuram compreender em que medida as pressões da dimensão econômica foram absorvidas e reelaboradas ao nível das relações sociais/políticas entre os sujeitos históricos. Por isso, cumpre destacar que a “[...] recriação temporal da sociedade escravista era uma questão essencialmente política” (FLORENTINO;

GÓES, 1997, p. 31), logo, não eminentemente econômica, conforme núcleo teórico adotado pela historiografia dos anos 1960/70 (cf. SLENES 1999, p. 30; ADOLFO, 2014, p. 113)<sup>10</sup>.

No livro *A paz das senzalas*, Florentino e Góes mobilizam uma linha teórica que entrelaça uma chave estrutural (tráfico internacional de escravos no período que vai do fim do século XVIII à primeira metade do XIX) com a organização da vida nas fazendas agroexportadoras. Pode-se propor, então, que o uso de uma determinada referência estrutural relacionada ao mercado internacional é um eixo que não foi abandonado completamente pelos autores em voga. Por isso, é preciso ratificar que, no que toca a este elemento, não há um afastamento total das questões estruturais, conforme propõe a visão generalizante sobre a historiografia pós-1980<sup>11</sup>. Em vista do que foi argumentado, pode-se afirmar que há uma preocupação que aproxima, em certo sentido (cabe grifar), essa obra em apreço de algumas das preocupações inscritas na produção historiográfica primaz da Escola Paulista de Sociologia. Destarte, não há uma ruptura total, pois aspectos de continuidade podem ser vistos.

A despeito desse eixo de aproximação estrutural, segundo o que foi exposto no parágrafo anterior, é importante evidenciar que o resultado interpretativo é deveras distante (e divergente), uma vez que, conforme visto, a matriz estrutural que Florentino e Góes acionam/empregam funciona como um eixo de referência analítica, ao passo que a historiografia das décadas de 1960-70 a usa como um princípio explicativo primaz. Conseqüentemente, esta última tendência historiográfica enxerga a escravidão sob um prisma mais normativo, enquanto os autores de *A paz das senzalas* investem em refletir sobre as relações políticas que foram estabelecidas entre senhores e escravos, bem como entre os próprios cativos, não abandonando a referência estrutural em sua condição dialógica com as ações.

À medida que buscaram vislumbrar as inter-relações entre os sujeitos históricos, os autores do referido livro se aproximaram sobremaneira da tendência historiográfica pós-1980, uma vez que foram capazes de enxergar a volição dos sujeitos. Afastaram-se, dessa forma, de princípios estruturais esquemáticos<sup>12</sup> que se tornaram caros à historiografia dos anos 1960-70. Em outros termos, a referência estrutural que se observa em *A paz das senzalas* não tem em vista produzir uma determinação sobre as ações dos atores, apenas visa criar condições interpretativas para que os autores possam enxergar a ação política desses sujeitos históricos no âmbito da vida nas *plantations*. Trata-se, pois, de uma referência, não de um determinante.

### ***Na senzala, uma flor: o fundamento cultural que permite compreender os significados das ações de africanos escravizados***

Outra obra relevante na produção acadêmica posterior aos anos 1980 é o livro “*Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*”, de autoria de Robert W. Slenes. Esse texto foi publicado como resultado de pesquisas realizadas por esse historiador em momentos diferentes e cujas análises foram congregadas nesta obra.

O trabalho de pesquisa aludido faz uso de fontes de natureza diversas que viabilizam o estudo sobre as famílias escravas formadas no Sudeste brasileiro oitocentista. Nesse sentido, o autor combina a utilização de fontes de natureza quantitativa<sup>13</sup> e qualitativa. Ademais, não se pode deixar de mencionar que a erudição desse historiador lhe permite incorporar fontes de natureza secundária com uma força argumentativa que se pode ressaltar como não corriqueira nem trivial<sup>14</sup>.

O ponto de partida explícito da argumentação de Slenes é o olhar etnocêntrico dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil, no século XIX, cabendo especial destaque para uma frase do francês Charles Ribeyrolles. Este afirmou não ter jamais visto uma flor nos cubículos dos negros, por julgar não existir lá (nas moradias dos negros) nem esperanças nem recordações.

Cumprido somar outro interlocutor com o qual esse historiador debate: trata-se da visão construída sobre a família escrava pela historiografia do período entre os anos 1960 e 1970, incluída, neste caso, a Escola Paulista de Sociologia. Esse ponto de partida historiográfico pode ser sintetizado pelas noções de “anomia” e a de “patologia social”, que os historiadores do período citado enxergavam na vida na vida dos cativos. Traçando uma conexão entre a historiografia produzida nos Estados Unidos e no Brasil, sublinhando os aspectos que marcam a influência daquela sobre esta, Slenes afirma que:

A imagem de escravos anômicos, “perdidos uns para os outros” em decorrência da destruição de suas normas familiares, e portanto sem vontade “política” conseqüente, não será estranha a leitores que tiveram algum contato com a bibliografia clássica sobre a escravidão na América do Norte (SLENES, 1999, p. 33, grifos do autor).

Para dialogar com ambos interlocutores elencados (viajantes estrangeiros e a historiografia dos anos 1960/70), o livro em apreço é iniciado com a apresentação de um estudo sobre a demografia escrava, tendo Campinas como eixo nodal, haja vista que essa cidade é “[...] bastante representativa dos municípios de grande lavoura no Centro-Oeste

Paulista” (SLENES, 1999, p. 70). Desse modo, o argumento começa a ser estruturado no livro com base numa pesquisa sobre as condições gerais a respeito da vida dos cativos nesse município, principalmente no que se refere à organização da família escrava.

Após serem apresentadas e discutidas questões atinentes aos padrões de casamento e à estabilidade da família conjugal (pais e filhos) dos cativos, entre outras, o argumento se move para o debate que considero fulcral na tese, que é examinar e avaliar os significados que as famílias formadas por cativos tiveram no Sudeste brasileiro, no século XIX. Portanto, tal como realizado por Florentino e Góes, em *A paz das senzalas*, o argumento de Slenes, em *Na senzala, uma flor*, tem como ponto de partida uma referência estrutural, a saber, a demografia escrava, com vistas a provar a existência e da relevância da família escrava, em Campinas.

Em adendo, vale ressaltar que o ponto de vista teórico nuclear do livro é tributário da referência de E. P. Thompson, uma vez que Slenes posiciona-se, de forma declarada, na “visão dos vencidos” (SLENES, 1999, p. 133, aspas do autor). Portanto, o foco de *Na senzala, uma flor* se centra mesmo na “[...] luta entre grupos sociais [...] que ergue, mantém e constantemente solapa as ‘estruturas’ econômicas e sociais” (SLENES, 1999, p. 134).

Essa é uma escolha teórica que visa dialogar e, ao mesmo tempo, deslocar as referências estrutural e econômica, estas tão arraigadas nos trabalhos da Escola Paulista de Sociologia. Vale acrescentar, nesse sentido, que, segundo Adolfo (2014, p. 114), “[...] Talvez o mais emblemático destes elementos [de transformação na historiografia do pós-1980] seja a mudança do foco econômico das pesquisas [referente à historiografia dos anos 1960/70], para a ênfase nos aspectos culturais [presente na historiografia pós-1980]”. Continuando, esse autor afirma que, “[...] No caso da historiografia marxista este movimento se deu principalmente pelos trabalhos de E. P. Thompson que buscou superar o determinismo da base econômica em relação a superestrutura” (ADOLFO, 2014, p. 114).

Como desdobramento dessa referência teórica cara, há, no livro de Slenes em questão, uma linha analítica que problematiza as relações poder entre senhores e escravos, no âmbito da luta entre os grupos sociais, luta essa que se desenvolve na experiência do cotidiano. Mas, cumpre reiterar que, diferentemente de Florentino e Góes (1997), o enfoque de Slenes (1999) privilegia a perspectiva do cativo, de modo a dar substância à tese que visa combater o que foi apontado como pilar da discussão do historiador em voga: os relatos etnocêntricos de viajantes e a historiografia dos anos 1960/70 que enxergava os escravos “perdidos uns para os outros”.

Em razão do exposto, os capítulos 3 (“Esperanças e recordações: condições de cativo, cultura centro-africana e estratégias familiares”) e 4 (“Lares e linhagens: a flor na senzala”) correspondem ao esteio analítico que sustenta as discussões desse historiador com os interlocutores supramencionados. Assim, uma vez que a existência da família escrava foi provada e, em seguida, posicionada como parte integrante (e importante) da vida nas *plantations* do Sudeste brasileiro, no século XIX, o autor enviesa a lógica textual para apresentar sua tese acerca da importância social e cultural da família escrava na criação de uma vida compartilhada nas senzalas.

Dois pontos são cruciais no raciocínio presente nesse livro. O primeiro refere-se aos projetos de vida dos escravizados; o segundo remete à importância das recordações deles para suas vidas cotidianas.

Sobre o primeiro ponto, o autor em voga não aborda os projetos dos cativos com o fito de mostrar o quanto a escravidão foi “doce” para eles. Sua proposta tem o sentido de buscar na experiência vivida uma possibilidade de pensar a ação desses sujeitos históricos, apontando, destarte, para as esperanças dos cativos, a fim de tornar suas vidas menos duras e, com isso, alcançar algumas finalidades materiais e/ou simbólicas, ainda que limitadas. O argumento de Enidelce Bertin é esclarecedor ao mostrar a órbita que dá sentido à questão:

Tomando como princípio a condição de sujeito histórico do escravo, R. Slenes preocupa-se em observar a função ideológica da economia interna dos escravos, ou seja, o quanto os espaços de autonomia dos cativos serviram aos interesses dos senhores por maior controle social, bem como as estratégias dos escravos para obter ganhos – simbólicos ou efetivos – no cativo (BERTIN, 2002, p. 238).

Nesse sentido, é preciso ressaltar que os planos cativos não precisam “ajustar-se aos sonhos da classe média de hoje para receberem o nome de ‘projeto’” (SLENES, 1999, p. 179, grifos do autor). Em síntese, “[...] o casar-se frequentemente implicava para o escravo ganhar mais espaço construído; mas, sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para implementação de seus próprios projetos” (SLENES, 1999, p. 159). Com efeito, a família emerge, nessa perspectiva, como algo central ao projeto de vida de muitos escravos.

O segundo ponto – as recordações dos cativos – ancora-se numa chave heurística bastante cara ao livro analisado. Nesse sentido, é preciso chamar a atenção que, nessa obra em discussão, há não somente postulações empírica e teórica em favor da valorização da experiência e do ponto de vista dos cativos (e seus espaços de autonomia) como importante elemento para a compreensão de nossa história do período escravista, mas também – e

sobretudo – um indicativo de que a herança africana precisa ser levada em conta (e valorizada) para que possamos compreender a vida dos escravizados de forma mais profunda, abalizada. Essa é uma outra referência estrutural importante presente nesse texto: o tempo em sua dimensão cultural longa. Afirma-se isso porque esse historiador valoriza os elementos de continuidade temporal, a saber, a herança africana que permaneceu na memória das pessoas escravizadas, a fim de buscar compreender aspectos importantes da vida dos cativos nas senzalas.

Cumprido grifar que a apreciação da herança africana segue a trilha, em alguma medida, de um dos princípios basilares da tese de Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*, visto que esse sociólogo pernambucano valorizou a cultura africana assim como o papel do negro na sociedade brasileira e na formação do Brasil. É o próprio autor de *Na senzala, uma flor* quem reconhece que a perspectiva que valoriza a cultura africana é devedora, em alguma medida, da influência do antropólogo Melville Herskovits e reiterada, na historiografia brasileira, por Gilberto Freyre (SLENES, 1999, p. 35).

Saliento, contudo, que a valorização da cultura africana, no texto de Slenes, intenta mostrar como ela pode potencializar nossa compreensão dos símbolos usados, respeitados e reproduzidos pelos cativos nas senzalas, ao passo que, em Freyre, essa apreciação se tornou eminentemente a base de um argumento antirracista, conforme contenda intelectual e política desse sociólogo nos anos 1930.

Em vista do que foi apresentado, pode-se sustentar que tanto o escravizado como um ator político, quanto sua história e suas tradições africanas são valorizados(as) por Slenes como elementos incrementadores de uma construção analítica que pretendeu e planejou alargar nossa visão sobre a escravidão. Com isso:

[...] A constatação dessa permanência de práticas culturais africanas no cativeiro em muito contribuiu para o afastamento da tradicional visão de submissão e aculturação feita pelos relatos de viagens, justamente porque permitiu ver os projetos e estratégias dos escravos para formar e manter uma comunidade própria (BERTIN, 2002, pp. 238-239).

No que se refere aos sentidos atribuídos às famílias escravas, Slenes faz questão de frisar que diverge de Florentino e Góes (1997) acerca do papel dessa instituição social. Segundo ele, a família escrava não deve ser “[...] considerada um fator estrutural na manutenção e reprodução do escravismo” (SLENES, 1999, p. 50). Pode-se concluir, destarte, que a família se tornou, na perspectiva desse historiador em apreço, um dos pontos preciosos para o projeto de vida de africanos em condição escrava, no Brasil. Ele conseguiu enxergar

isso porque a referência teórica usada em sua pesquisa o estimulou a valorizar precisamente a ação (e o ponto de vista) dos cativos.

Deve-se reiterar que a tradição africana é mobilizada por esse historiador como uma chave heurística que posiciona a continuidade temporal como um elemento importantíssimo em suas interpretações a respeito da vida cativa. Cumpre ressaltar que essa chave fez o autor enxergar que a memória compartilhada da tradição africana conferiu um sentido de identidade para muitos escravos que passaram suas duras vidas em senzalas do Sudeste brasileiro<sup>15</sup>. Nota-se, pois, que Slenes enfoca efetivamente no ponto de vista cativo, mas usa referências estruturais (primeiro a estrutura demográfica e depois a temporal) para dar vigor à sua construção argumentativa e à sua tese<sup>16</sup>.

Por seu interesse em buscar conhecer o ponto de vista dos cativos, o historiador em apreço conseguiu enxergar, portanto, alguns dos projetos de vida dessas pessoas escravizadas, enfocando, desse modo, no poder de agência dos sujeitos. Além disso, ao buscar as heranças culturais africanas, conseguiu importante aporte analítico que contribuiu para sua compreensão acerca dos significados simbólicos implícitos em questões aparentemente simples do cotidiano vivido nas senzalas. Com isso, abriu um vetor de análise que mostrou o quanto a cultura africana reverberou na memória e prática de cativos, no Brasil.

Em função do exposto, *Na senzala, uma flor* marcou posição influente ao buscar a historicidade do sistema escravista (cf. Bertin, 2002), enfatizando as ações de atores sociais que haviam, até então, desfrutado de parca visibilidade, sobretudo em se considerando a produção dos anos 1960/70. Destarte, esse livro mostrou que as uniões familiares, nos moldes como se configuraram, desmobilizam os argumentos que pregam a anomia social nas senzalas. Demais, logrou êxito em defender que o lar dos escravos não era desprovido de significados, pois revelam a sobrevivência de herança africanas que reverberaram no Brasil. Trata-se, pois, de um lugar autoral e epistemológico importante que essa obra marca na historiografia sobre a escravidão posterior aos anos 1980.

### **Considerações finais**

Da análise de dois importantes trabalhos de pesquisa que redundaram em livros já bastante estimados no campo dessa temática, foi possível alcançar dois resultados primordiais, apresentados como norteadores de problematizações importantes que precisam ser ampliadas.

O primeiro resultado é que a historiografia da escravidão brasileira produzida no período pós-1980 é abordada e enxergada, de forma frequente, em sua perspectiva panorâmica. Nesse sentido, ao se caracterizar essa historiografia, são valorizados, não raramente, os elementos gerais e comuns que estão presentes na grande maioria das obras produzidas no período.

Os dois elementos mais destacados são: (i) as críticas contundentes que a mencionada historiografia faz à perspectiva estruturalista que marcou a produção dos anos 1960/70; (ii) a valorização dos escravos como sujeitos da história, acentuando seu papel como agentes. A volição cativa é, desse modo, uma questão importante para essa nova historiografia, na medida em que muitas de suas obras procuram centrar suas análises nas ações dos escravos “frente às limitações estruturais e às assimetrias do poder” (SCHWARTZ, 2009, p. 181).

Ainda que reconhecendo a pertinência dessa visão hegemônica e bastante acionada, este artigo procurou mostrar que as possibilidades interpretativas e teóricas, inscritas na historiografia do pós-1980, também são seminais e prolíficas em termos de debate. Por isso, um dos objetivos presentes aqui foi apresentar diferenças importantes entre trabalhos que abordam o mesmo tema (famílias escravas). Buscou-se, com isso, salientar que as discussões permanecem ainda tendo ingredientes tão saborosos quanto os tradicionais debates entre as duas tendências clássicas, representadas por Gilberto Freyre e pela Escola Paulista de Sociologia.

Portanto, em função do foi posicionado, postulo que, mais do que repisarmos o que é comum ao novo paradigma da historiografia da escravidão pós-1980, é preciso seguirmos novos caminhos e enfocarmos nos seus matizes, na diversidade de seus paradigmas (e referências teóricas) e também na problematização de suas conexões com o nosso mundo, especialmente no que toca às dimensões sociais, culturais e políticas que revestem esse contexto de produção. Menos monocromia e mais policromia. Essa é uma sugestão (e uma aposta) que visa auferir ganhos de diversos tipos: teórico-metodológico, de conhecimentos sobre a História do Brasil, novos debates sobre os usos do passado escravista para a identidade negra e outros que, modestamente, não consigo enxergar.

O segundo resultado é que a historiografia da escravidão pós-1980 – considerada, neste artigo, como uma espécie de tradição eletiva (cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2014) – constrói suas interpretações a partir do seu tempo e das tradições historiográficas que lhe foram legadas. Para tanto, adota perspectivas teóricas e paradigmas construídos por tradições anteriores, bem como desloca/negligencia outras. Logo, não parte do zero ou do nada.

Em face do exposto, procurei mostrar, no transcurso deste trabalho, alguns elementos que, malgrado as divergências patentes, aproximam, em alguma medida, a nova historiografia da escravidão brasileira pós-1980 dos clássicos Gilberto Freyre e Escola Paulista de Sociologia. Portanto, considera-se, aqui, que esse é outro exercício que permite um evidente ganho em termos de debate historiográfico, além de ganhos teórico, entre outros.

Afinal, o que está em jogo é algo deveras importante, pois estamos tratando de um dos grandes temas da História do Brasil. Ora, como a história não se faz sem que o presente nos seja oferecido/imposto como semente por meio da qual germinam as questões e problematizações que fazemos ao passado, é preciso encerrar chamando a atenção reiteradamente para a relevância desse tema na atualidade, sem esquecer que, ao lidarmos com o presente, levamos em conta as expectativas de futuro.

## Notas

---

<sup>1</sup> Rafael de Bivar Marquese (2013, p. 228) identifica, ao menos, duas linhas historiográficas presentes nos anos 1980. Em síntese, uma se inspira nas “formulações da categoria modo de produção escravista colonial” (Idem, *ibidem*) e a outra no marxismo britânico, especialmente E. P. Thompson.

<sup>2</sup> Cumpre mencionar que Marquese (2013) faz críticas à historiografia do período pós-1980. A síntese dos apontamentos desse historiador pode ser vista no argumento que Escosteguy Filho desenvolve, a partir do aludido autor: “[...] Voltando o foco à historiografia da escravidão, Rafael Marquese já apontou os riscos que, para tal historiografia, a ausência de uma reflexão sobre as estruturas pode trazer” (ESCOSTEGUY FILHO, 2016, p. 113). Portanto, com base em historiadores, como, por exemplo, Rafael de Bivar Marquese e Ricardo Salles, o artigo de Escosteguy Filho arrisca argumentar que estamos vivendo uma fase de corte, um quarto momento da historiografia da escravidão brasileira, momento esse protagonizado pela síntese entre as conquistas da historiografia do pós-1980 e as propostas conceituais e macroscópicas da historiografia dos anos 1960/70 (ESCOSTEGUY FILHO, 2016, p. 115).

<sup>3</sup> A escolha deles foi, primeiro, pelo tema em comum; segundo, pelo fato de apresentarem debates entre eles que subsidiam a hipótese formulada; terceiro, por acionarem princípios dialógicos em relação à historiografia da escravidão brasileira considerada clássica, neste artigo, conforme explicitado à frente.

<sup>4</sup> Ao sugerir que a historiografia da escravidão brasileira (pós-1980) seja mais bem explorada, intenta-se, aqui, propor que as pesquisas se centrem (com um esforço de concentração) mais profundamente sobre esses trabalhos, com vistas a produzir análises que contemplem seus lugares na historiografia atual, bem como suas remissões (e diálogos) em relação às tendências historiográficas tradicionais.

<sup>5</sup> Outro trabalho que analisa aproximações e afastamentos entre a historiografia da escravidão brasileira no período dos anos 1970 e 1980 é o de Roberto Manoel Andreoni Adolfo (2014). No entanto, cumpre destacar que o referido autor parte de uma visão panorâmica dessas historiografias, ao passo que o artigo que desenvolvo tem como ponto de partida nodal dois livros importantes que fazem parte da historiografia pós-1980. Logo, a discussão aqui acaba tendo escopo e objetivos diferentes.

<sup>6</sup> Cabe expor, desde já, que o que se considera proximidade tem o sentido de mostrar que a “nova” escrita não emergiu do nada (ou do ponto zero); ao contrário, ela propõe e apresenta mudanças, mas não deixa de se servir de uma construção de conhecimento que lhe subsidia a produção (cf. GOMES, 2006). Essa é a noção crucial que está presente nessa consideração que faço.

<sup>7</sup> A forma sinóptica de abordar a grande obra desse pensador não é uma maneira de tentar reduzi-la, mas apenas e tão somente uma forma modesta de conseguir apresentar alguns dos pontos importantes que serão desenvolvidos a seguir. Assim sendo, o caráter sinóptico é necessariamente arbitrário e tem o intuito declarado de levantar pontos que considere importantes para as discussões posteriores. Devo aduzir que o mesmo se aplica às obras dos eminentes intelectuais que elegemos como pertencentes à Escola Paulista de Sociologia.

<sup>8</sup> Considera-se, substancialmente, as obras de Fernando Henrique Cardoso (1977) e Octávio Ianni (1962), que contaram com a liderança intelectual de Florestan Fernandes.

<sup>9</sup> Essas obras são concebidas, aqui, não como as mais importantes, mas sim como algumas das referências que nos ajudam a compreender, em parte, discussões e contendas caras à historiografia da escravidão, no período pós-1980.

<sup>10</sup> Trata-se de uma posição que visa deslocar o argumento econômico, colocando o das relações de poder. Soa um pouco exagerado por parte dos autores esse deslocamento que é feito. Parece que há, de forma subjacente, uma contenda ideológica (não só interpretativa) nessa disputa. E essa contenda faz com que Florentino e Góes desloquem muito exageradamente a explicação econômica, quando parece que a inter-relação entre economia e relações de poder nas fazendas talvez seja uma perspectiva mais apropriada.

<sup>11</sup> Dialogo, a título de exemplo, com Roberto Adolfo (2014). Nesse texto, o pesquisador afirma o seguinte: “[...] Por outro lado, nas abordagens mais recorrentes da historiografia pós 80, o que se percebe é um afastamento das questões estruturais e uma recorrência, uma aproximação, de abordagens voltadas para objetos micro históricos. [...] Deste modo, como afirma Sheila de Castro Faria, ‘em linhas gerais, pode-se dizer que, na historiografia da escravidão, os interesses se deslocaram das macro para as micro análises’” (Idem, p. 116). Meu argumento não se propõe a discutir a transição do olhar macro para o micro, mas sim mostrar que *A paz das senzalas* faz isso (a aproximação com o micro) sem perder de vista uma referência estrutural importante para a reprodução das práticas escravistas no Brasil. Pretendo ressaltar, nesse sentido, que o olhar mais voltado para as relações entre senhores e escravos não produziu o abandono definitivo de uma visão estrutural, logo, o afastamento não é pleno, mas calculado.

<sup>12</sup> Não obstante a afinidade teórica que Marquese (2013) tem com a produção dos anos 1960/70, notadamente no que toca à herança intelectual que relaciona a escravidão a “[...] processos históricos de longa duração e [a]os quadros globais mais amplos” (Idem, p. 229), é pertinente chamar a atenção que o historiador em voga também faz críticas ao esquematismo presente na análise de autores desse período (Idem, p. 246).

<sup>13</sup> São mais utilizadas, no caso das fontes quantitativas, os Censos de 1801 e 1829, além da matrícula de escravos de 1872.

<sup>14</sup> Destaca-se, por exemplo, que a força argumentativa do Capítulo 4 – ponto alto do livro, no que tange à sua ideia central – encontra-se substancialmente ancorada, também, no uso das fontes secundárias como base para a interpretação do papel da cultura africana como norteadora e provedora de sentido para a vida dos cativos em seus lares.

<sup>15</sup> A tese do autor se fundamenta em estudos que destacam sobretudo a importância do fogo doméstico e do papel simbólico da linhagem na vida cultural de “[...] alguns dos povos da África Central” (SLENES, 1999, p. 241), que correspondia à principal região de onde vinham pessoas escravizadas.

<sup>16</sup> Tanto quanto mostrado na análise do livro *A paz das senzalas*, de Florentino e Góes, é importante destacar que a estrutura temporal, na construção analítica de “Na senzala, uma flor”, de Robert Slenes, é tratada como uma referência, não como um determinante.

## Referências bibliográficas

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. “As transformações na historiografia da escravidão entre os anos de 1970 e 1980: uma reflexão teórica sobre possibilidades de abordagem do tema”. In: **Revista de Teoria da História**, Ano 6, Número 11, Maio/2014 Universidade Federal de Goiás. ISSN: 2175-5892.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ESCOSTEGUY FILHO, J. C. “Reflexões sobre agência e estrutura na historiografia da escravidão”. **Revista Tessituras**, v. 6, p. 102-117, 2015.

---

FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **O imperador das Idéias**. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. “Tradiciones electivas. Cambio, continuidade y ruptura en historia intelectual”. In: **Almanack**. Guarulhos, n.07, p.5-26, 1º semestre de 2014.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas** – Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c.1790 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONTELLA, Leandro Goya. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. “Acomodação, negação e adaptação: debate historiográfico entre Gilberto Freyre, Jacob Gorender e a historiografia do escravo real (historiografia da escravidão no Brasil)”. In: **Disc. Scientia**. Série: Ciências Humanas, S. Maria, v. 9, n. 1, p. 121-140, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Editora Difusão Européia do Livro, 1962

GOMES, Tiago de Melo. “A Força da Tradição a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch”. In: **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.443-459, Jul/Dez 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LARA, Silvia H. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia H. “Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia A. (Orgs.). **Modos de Governar**: idéias e práticas políticas no Império Português. (Séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005.

MACHADO, Maria Helena P. T. “Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão”. São Paulo, **Revista Brasileira de História**, v 8, n. 16, p. 143-160, mar./ago, 1988.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. In: **Revista de História, São Paulo**, nº 169, pp. 223-253, julho / dezembro 2013.

MELLO, Evaldo Cabral de. O ‘ovo de Colombo’ gilbertiano. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO; Rosa Maria Barboza de. **O imperador das Idéias**. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001.

---

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado.** Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008. p. 35-115. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13823>. Acesso em: 15 ago. 2014, às 09h e 47min.

NICOLAZZI, Fernando. “História da historiografia e temporalidades: notas sobre tradição e inovação na história intelectual”. In: **Almanack**. Guarulhos, n.07, p.27-32, 1º semestre de 2014.

PALERMO, Luis Claudio. “Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior: uma análise comparativa centrada no contexto de produção e nas referências teóricas dos autores”. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UnB**, volume 13 | 2 | 2014, pp. 169-199.

PALERMO, Luis Claudio. “Notas sobre o poder de agência dos atores sociais em Anthropology in the margins of the state”. In: **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 4, n. 8, jul-dezembro 2015, pp. 57-86.

PALERMO, Luis Claudio. “Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais”. In: **Dimensões**, v. 39, jul.-dez. 2017, pp. 324-347. ISSN: 2179-8869.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. “Um método antimetódico: Werner Heisenberg e Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **O imperador das Idéias**. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. In: **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

SCHWARTZ, Stuart. Gilberto Freyre e a História Colonial: “Uma Visão Otimista do Brasil”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **O imperador das Idéias**. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. “A historiografia dos primeiros tempos do brasil moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas”. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 175-216, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

SILVA, Alberto da Costa e. “Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil”. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 15-41.

SILVA FILHO, José Barbosa da. “História do Negro no Brasil”. In: **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF**. Rio de Janeiro/Niterói: Quartet/EdUFF, 2006, pp. 102-134.

---

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

SOUZA, Maria Elena Viana. “Pluralismo Cultural e Multiculturalismo na Formação de Professores: Espaços para Discussões Étnicas de Alteridade” In: **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.19, pp.89-100, set. 2005.

SOUZA, Maria Elena Viana. “A ideologia racial brasileira na educação escolar”. In: **Cadernos Penesb** – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF. Rio de Janeiro/Niterói: Quartet/EdUFF, 2006, pp. 215-250.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sergio Silva – 2ª edição – Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: **Costumes em comum** – estudo sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”. In: In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus (Elsevier), 1997, pp. 127-162.

VAINFAS, Ronaldo. “Colonização, Miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira”. In: **Revista Tempo**, Niterói, v. 8, p. 7-22, 1999.